

J. PINTO PEIXOTO * F. R. DIAS AGUDO * J. TIAGO DE OLIVEIRA * J. CAMPOS FERREIRA
MARGARITA RAMALHO * A. RIBEIRO GOMES * ARMANDO POLICARPO * F. DUARTE SANTOS
J. GOMES FERREIRA * L. A. MENDES VICTOR * MANUEL LARANJEIRA * M. GOMES GUERREIRO
J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA * ROBALO CORDEIRO * J. CELESTINO DA COSTA * A. CASTRO CALDAS
BARAHONA FERNANDES * ARANTES E OLIVEIRA * A. F. CARVALHO QUINTELA * A. BARBOSA
DE ABREU * GOUVÊA PORTELA * L. BRAGA CAMPOS * J. J. DELGADO DOMINGOS * A. F.
OLIVEIRA FALCÃO * DOMINGOS MOURA * H. CAMPOS NETO * A. LARCHER BRINCA * J. F.
QUINTINO ROGADO * M. AMARAL FORTES * M. BAPTISTA BRAZ * M. PEREIRA COUTINHO
FERNANDO ESTÁCIO * P. O. PEREIRA SANTOS * A. A. MONTEIRO ALVES * BRITALDO RODRI-
GUES * L. AIRES DE BARROS * MATOS ALVES * M. PORTUGAL FERREIRA * ANTÓNIO RIBEIRO
FRANCISCO GONÇALVES * TELLES ANTUNES * LUÍS ARCHER * J. MONTEZUMA DE CARVALHO
J. FIRMINO MESQUITA * ABÍLIO FERNANDES * J. MALATO-BELIZ * ARSÉNIO PATO DE
CARVALHO * A. XAVIER DA CUNHA * ALLEN DEBUS * J. SIMÕES REDINHA * SEBASTIÃO
J. FORMOSINHO * A. M. A. ROCHA GONSALVES * L. ALMEIDA ALVES * OLIVEIRA CABRAL
FRAÚSTO DA SILVA * JOSÉ V. PINA MARTINS * AMÉRICO COSTA RAMALHO * FERNANDO
REBELO * C. ALBERTO MEDEIROS * ILÍDIO DO AMARAL * MANUEL GARRIDO ARAÚJO
MANUEL VIEGAS GUERREIRO * A. SIMÕES LOPES * A. SOUSA FRANCO * ONÉSIMO T. ALMEIDA
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA * FRANCISCO GAMA CAEIRO * RÓMULO DE CARVALHO

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL NO SÉC. XX

II VOLUME



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1992

O CASO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À AGRICULTURA

FERNANDO ESTÁCIO *

Summary

The use of concepts, hypothesis and methods of social sciences to clarify problems of agriculture and rural societies had an agronomic origin in universities and agricultural research institutions in western countries and in the United States at the end of the nineteenth century. The biological nature of agricultural production, the environment in which such activity takes place and the extremely sensitive social structures of rural societies led to the recognition of specific characteristics of the social sciences when applied to agriculture. Therefore, in a broad sense, they could be included among all the scientific disciplines which can contribute to clarify the problems of agriculture as components of the agrarian sciences. Their development in Portugal has been closely linked with the evolution of agricultural research and higher education institutions which occurred in the country in the twentieth century.

The teaching of social sciences disciplines applied to agriculture was born in Portugal in 1911 in the Instituto Superior de Agronomia (ISA), one of the faculties of the Technical University of Lisbon. Between 1911 and 1979, when the University of Évora was created, the ISA remained the only Portuguese agricultural university institution. Later, in 1986, was established the University of Trás-os-Montes and Alto Douro which also included higher education in the domain of agriculture. Since 1911 the number and the diversity of social sciences disciplines applied to agriculture included in the teaching programs of these university institutions had an impressive increase, namely in what concerns agricultural economics, rural sociology, farm management, agricultural marketing and prices and rural development.

In what concerns research one may say that in the domain of social sciences applied to agriculture it started in Portugal in 1930 with a large survey on the economic situation of agriculture. Since then it expanded enormously, namely

* Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia.

after 1960 with the creation of the Agricultural Economics Research Center by the Calouste Gulbenkian Foundation. The variety of the topics under research, the different theoretical foundations used as reference and the diversity of analytical methods employed are the most striking characteristics of the research work done. Such variety reflects the diversity of the institutions (universities, research institutions and government agencies) where the projects has been developed and also the academic backgrounds and preoccupations of the professionals involved.

Research topics going from econometric analysis at farm and activity levels to rural exodus and geographical mobility of the population, through the contribution of agriculture to economic development, the nutrition and general life conditions of rural populations are some examples which illustrates a variety which is actually much greater as revealed by the diversity of books and articles published since 1960. Meanwhile, the impact of the integration in the EEC on portuguese agriculture became the main topic of research during the eighties.

1. Introdução

O tratamento no âmbito do tema deste colóquio de uma componente *Ciências Sociais* das Ciências Agrárias impõe algumas reflexões prévias destinadas ao esclarecimento do que consideramos como origem, conteúdo e natureza de tal componente. Assim, o uso de conceitos, hipóteses e métodos das várias ciências sociais na análise de problemas da agricultura, tomada esta no seu sentido mais lato, define genericamente o seu conteúdo multidisciplinar, essencialmente respeitante à Economia e à Sociologia, sem no entanto esquecer outras disciplinas, como por exemplo a História e a Demografia, e a sua natureza aplicada.

No respeitante à origem, importa sobretudo assinalar a tradição *agronómica*, que desde sempre influenciou o seu desenvolvimento científico. Entendida a *agronomia* como a aplicação das várias disciplinas científicas que podem contribuir para o esclarecimento e resolução dos problemas da agricultura, é neste contexto que faz sentido considerar como disciplinas agronómicas as ciências sociais quando aplicadas aos problemas específicos da agricultura e do mundo rural. De facto, a natureza intrinsecamente biológica do processo de produção agrícola, dependente de potencialidades ecológicas que não podem deixar de ser tidas em conta, associada às estruturas sociais extremamente sensíveis que caracterizam as sociedades rurais, confere relevância específica às ciências sociais em tais utilizações, com tendência para valorização das atitudes pragmáticas e dos aspectos empíricos.

A origem agronómica das ciências sociais quando componentes das ciências agrárias, no contexto referido, desempenhou papel decisivo na sua evolução, quer em termos de ensino, quer de investigação. Com efeito, tanto um como outra deram os primeiros passos em instituições de vocação essencialmente agrária e foi sobretudo nelas que atingiram o desenvolvimento hoje alcançado. Daqui resulta naturalmente ter o desenvolvimento das ciências sociais aplicadas à agricultura durante o século XX em Portugal sido fortemente condicionado pela evolução no seu ensino e dos organismos de investigação agrária entretanto ocorrida no país. O conhecimento prévio desta evolução é por isso condição indispensável para melhor se poder entender tal desenvolvimento. Dele procuraremos dar uma ideia geral, necessariamente sucinta dadas as características próprias desta comunicação, referindo apenas os estudos, os temas objecto de investigação e as iniciativas que consideramos mais representativas da actividade das principais instituições de vocação essencialmente agrária nele envolvidas.

2. Evolução do ensino

O ensino das ciências sociais aplicadas à agricultura desenvolvia-se no início do século XX no Instituto de Agronomia e Veterinária no âmbito da sua 9.^a Cadeira do plano curricular estabelecido em 1886/1887: a de *Economia, Direito Administrativo, Legislação e Contabilidade*.

Com a reforma de 1911, e já no Instituto Superior de Agronomia, é dado significativo passo em frente no ensino destas matérias, que passou a ser feito em duas cadeiras: a de *Economia e Administração Rurais. Princípios de Direito Administrativo. Legislação Agrária. Organização. Organização Comercial da Agricultura* e a de *Geografia Económica. Agricultura Comparada*. Esboçava-se assim, pela primeira vez entre nós no âmbito do ensino agronómico, a tendência para considerar as ciências sociais em disciplinas diferentes consoante a importância relativa nelas assumida pelas vertentes económica e de análise das realidades sociais.

O interesse pelos problemas de natureza económica e social da agricultura continuou presente no Instituto Superior de Agronomia na sua reforma de 1918/19, na qual, para além das duas Cadeiras de *Economia. Legislação. Estatística* e de *Agricultura Comparada. História da Agri-*

cultura, em continuação das anteriormente existentes, foram incluídos ainda dois cursos complementares: o de *Administração, Contabilidade e Escrituração Agrícolas* e o de *Avaliação de Propriedades Rústicas. Cadastro. Projectos de Exploração Rurais*. É agora pela primeira vez evidente o objectivo de ministrar de forma individualizada o ensino das matérias relacionadas com a problemática económica da unidade de produção agrícola, designadamente com a administração e contabilidade da empresa agrícola e com a avaliação dos respectivos capitais fundiários.

Em 1942/43, com o Instituto Superior de Agronomia já incorporado na Universidade Técnica de Lisboa e a completar 25 anos da sua instalação na Tapada da Ajuda, verifica-se novo arranjo curricular que passou a incluir a cadeira de *Economia Rural. Legislação. Estatística* e os dois cursos auxiliares de *Administração, Contabilidade e Escrituração Agrícolas* e de *Agricultura Comparada. História da Agricultura*. É a partir desta altura que nunca mais deixou de aparecer o atributo *rural* a qualificar a cadeira onde é ministrado o ensino da economia no Instituto Superior de Agronomia, continuando a tendência para a individualização do ensino das matérias relacionadas com a administração da unidade de produção agrícola e com as realidades sociais da agricultura e do mundo rural. Esta situação manteve-se até 1952/53¹, quando teve lugar uma profunda reforma do ensino no Instituto Superior de Agronomia, ainda a única escola onde era ministrado ensino universitário nos domínios da agronomia no nosso país. Nesta reforma foi suprimida a disciplina de *Agricultura Comparada. História da Agricultura*, ficando o ensino das ciências sociais no instituto reduzido às cadeiras anuais de *Economia Rural* e de *Administração e Contabilidade*. Este evidente retrocesso no desenvolvimento do ensino das ciências sociais no instituto foi consequência da reconhecida aversão dos responsáveis do *Regime* de então ao ensino das disciplinas especialmente relacionadas com as realidades sociais do país, as quais eram consideradas subversivas ou, pelo menos, suspeitas. No caso particular do Instituto Superior de Agronomia, o ensino de tais matérias afigurava-se especialmente suspeito dada a posição que a título pessoal sempre fora manifestada pelos respectivos docentes no sentido da necessidade de ser levada a efeito uma reforma agrária em Portugal.

Apesar disso, as significativas reclamações, incluindo as dos próprios alunos, suscitadas por esta decisão contrária ao que se considerava já como tradição do Instituto — a de proporcionar aos seus estudantes

ensino sobre realidades sociais da agricultura portuguesa — levaram à criação de uma disciplina de *Sociologia Rural e História da Agricultura* ainda incluída na mesma reforma curricular. Segundo cremos, foi assim que pela primeira vez passou a existir nas universidades portuguesas uma disciplina no título da qual figurava a palavra «sociologia» que nos tempos anteriores a 1974 se bania por evocadora de todas as subversões².

Foi na segunda metade da década de setenta que verdadeiramente se iniciou a expansão hoje alcançada pelo ensino das ciências sociais no âmbito do ensino agronómico em Portugal. Para isso não foi estranho o desenvolvimento entretanto atingido pela investigação nas ciências sociais aplicadas à agricultura, que adiante se referirá.

No caso do Instituto Superior de Agronomia, essa expansão traduziu-se pela criação, a título de experiência pedagógica proporcionada por disposições legais na altura promulgadas, de um ramo de opção de *Economia e Sociologia* da licenciatura em Engenharia Agronómica. Destinado a ministrar a preparação de base, complementar da adquirida no tronco comum da licenciatura, indispensável para a compreensão e tratamento dos aspectos económicos e sociais do desenvolvimento da agricultura, este ramo incluía pela primeira vez no instituto as disciplinas de *Teoria Económica*, de *Estatística Económica*, de *História da Sociedade Agrária Portuguesa* e de *Questão Agrária*, que lhe eram específicas, para além das já tradicionais de *Economia Rural*, de *Administração e Contabilidade* e de *Sociologia Rural e História da Agricultura*, comuns a todos os outros ramos da licenciatura.

Este ramo de opção foi mantido no novo plano de estudos do Instituto Superior de Agronomia, que entrou em vigor no ano lectivo de 1986/87, e no qual o ensino das suas disciplinas específicas da área das ciências sociais foi apreciavelmente reforçado.

Entretanto, em 1979, foi criada a Universidade de Évora, em substituição do Instituto Universitário, que iniciara as suas aulas em 1975, após a sua criação em 1973. O ensino das ciências sociais e das suas aplicações à agricultura e ao mundo rural esteve desde início presente nos planos curriculares desenvolvidos na Universidade de Évora, merecendo referência especial a existência de um ramo de *Gestão da Empresa Agrícola* na licenciatura em Gestão de Empresas, no qual, naturalmente, tais disciplinas ocupam posição de relevo. Além disso, as licenciaturas em Engenharia Agrícola e em Engenharia Zootécnica incluem também nos seus planos de estudos número significativo de disciplinas das áreas das *ciências económicas* e das *ciências históricas, sociais e humanas*.

Posteriormente, com a criação em 1986 da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que sucedeu ao Instituto Politécnico de Vila Real, o ensino das ciências sociais aplicadas à agricultura ainda mais se expandiu, nomeadamente através de uma licenciatura em Gestão Agrária e da inclusão de disciplinas desta área científica nas licenciaturas em Engenharia Agrícola e em Engenharia Zootécnica.

3. Evolução das instituições de investigação

A Secção de Estudos Económicos da Estação Agrária Central era o organismo público que no primeiro quartel do século XX tinha a seu cargo a investigação dos problemas económicos e sociais da agricultura portuguesa. Com a sua extinção em 1936, quando a Estação Agrária Central foi substituída pela Estação Agronómica Nacional sem que nesta tivesse sido incluído qualquer departamento destinado à investigação na área das ciências sociais, foi aberta uma lacuna importante nos serviços nacionais de investigação científica no domínio das ciências agrárias em Portugal. O seu preenchimento nunca mais deixou de constituir preocupação dos que entre nós continuaram profissionalmente dedicados àquelas ciências aplicadas, nomeadamente ao seu ensino no Instituto Superior de Agronomia. Tal no entanto só veio a acontecer vinte anos mais tarde com a criação do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian.

Importa no entanto reconhecer que durante este período não deixou de se manter uma actividade persistente de investigação aplicada à análise de problemas económicos relevantes do sector agrícola nacional e das condições reais de vida das populações rurais portuguesas. De facto, em alguns Organismos de Coordenação Económica, na Junta de Colonização Interna e em certas Direcções Gerais de serviços públicos relacionados com a agricultura foram feitos estudos económicos e de índole sociológica destinados ao esclarecimento de problemas cuja resolução lhes competia e que correspondem a trabalhos de investigação aplicada no âmbito das ciências sociais, de nível científico variável. Muitos deles constituem contribuições valiosas que assinalam, embora de uma forma naturalmente dispersa e pouco sistematizada, a presença e a continuidade de uma actividade significativa e meritória sem a qual não teria sido possível alcançar a expansão hoje atingida entre nós

pelos ciências sociais nas suas aplicações nos domínios da agricultura e do mundo rural.

Relativamente a este período é ainda de salientar a ligação estreita frequentemente estabelecida entre aqueles organismos públicos e o Instituto Superior de Agronomia, através dos seus professores e dos seus alunos finalistas que para concluírem as licenciaturas tinham nessa época de realizar obrigatoriamente os respectivos estágios e relatórios finais de curso. A colaboração dos professores na orientação de estudos levados a efeito nos referidos organismos e a participação dos alunos estagiários ou *tirocinantes*, como na altura eram habitualmente designados, na execução dos mesmos foi prática corrente. Dela resultaram numerosos relatórios finais de curso, alguns dos quais se podem considerar, pela sua qualidade, equivalentes às actuais dissertações de mestrado, ou até mesmo de doutoramento, e que constituem ainda hoje património valioso da biblioteca do instituto.

A ideia da criação de um organismo exclusivamente destinado à investigação científica no domínio das ciências sociais, nomeadamente da economia e da sociologia, aplicadas aos problemas do sector agrícola nacional e da sociedade agrária portuguesa, foi finalmente concretizada em 24 de Setembro de 1957 quando o Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian deliberou «criar, para funcionar junto da Fundação, um Centro de Estudos de Economia Agrária e estabelecer para o efeito uma primeira dotação de 1.200 contos», conforme consta da Acta n.º 23 respeitante à reunião nesse dia realizada³. Deste modo foi criado o primeiro organismo de investigação no domínio da actividade própria da Fundação Calouste Gulbenkian e, simultaneamente, preenchida a lacuna dos serviços nacionais de investigação nas ciências agrárias que desde 1936 se verificava.

A ligação entre o Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto Superior de Agronomia foi desde início muito estreita, não só pelo papel fundamental desempenhado na sua criação e na orientação das suas actividades por professores do instituto, mas também pelo que da sua existência beneficiaram os estudantes. De facto, quer nele efectuando estágios de fim de curso, quer realizando tarefas específicas no âmbito de projectos de investigação em curso, quer ainda utilizando a sua biblioteca especializada, foi frequente a presença de alunos do instituto nas instalações do Centro.

Por decisão do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian foi o Centro de Estudos de Economia Agrária extinto em

25 de Fevereiro de 1986. Durante os cerca de 29 anos do seu funcionamento o país dispôs de um organismo de índole privada, financeiramente bem dotado, exclusivamente dedicado à investigação económica e social na agricultura.

Não é este o momento oportuno para uma apreciação detalhada das actividades entretanto desenvolvidas no Centro. Julga-se no entanto de salientar a importância de que se revestiram, para a evolução do ensino e da investigação nas ciências sociais aplicadas à agricultura em Portugal, os contactos estreitos com outros organismos similares estrangeiros estabelecidos durante a sua existência e a biblioteca especializada, aberta também a utilizadores exteriores, desde início nele criada. De facto, consideramos terem sido estes dois factores que contribuíram decisivamente para os avanços qualitativos num e noutra verificados a partir da década de sessenta.

Muitos daqueles contactos ainda foram mantidos a título pessoal, depois da extinção do Centro, pelos investigadores que nele tinham trabalhado. O mesmo porém não aconteceu infelizmente com a biblioteca, dada a decisão tomada de distribuir por três instituições diferentes os livros e as colecções dos números das revistas especializadas nela anteriormente reunidos durante quase três dezenas de anos, tornando-se assim a sua consulta extremamente difícil para os seus utilizadores habituais.

Entretanto, a actividade de estudos económicos e de índole sociológica anteriormente referida de alguns organismos públicos relacionados com a agricultura nunca deixou de prosseguir, afigurando-se de admitir ter a existência do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian contribuído não só para que tal tivesse acontecido, mas também para que outras instituições se tivessem passado a interessar por tais estudos. Destas considera-se especialmente de destacar o caso do Departamento de Estatística Experimental da Estação Agronómica Nacional, onde a partir dos finais da década de sessenta a análise econométrica de série de ensaios de longo prazo relativos ao uso racional de adubos e correctivos passou a constituir uma das principais linhas de trabalho⁴. E onde desde então o aumento de importância das actividades dedicadas aos problemas de natureza económica levou a alterar a sua designação para Departamento de Estatística Experimental e Estudos Económicos.

Ainda de salientar no mesmo contexto o caso do Instituto Nacional de Investigação Agrária, criado em Outubro de 1974 com o objectivo de

reunir num só organismo as instituições dedicadas à investigação e ao desenvolvimento experimental nas ciências agrárias, que a partir de 1979 passou a incluir na sua orgânica um Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias.

A partir dos finais da década de setenta, com a valorização dos doutoramentos, que passaram a constituir o requisito principal para o prosseguimento da carreira docente universitária, em consequência da entrada em funcionamento do novo estatuto desta, a investigação nas ciências sociais aplicadas à agricultura recebeu novo impulso, principalmente no Instituto Superior de Agronomia e nas Universidades de Évora e de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a realização pelos seus docentes de dissertações para a obtenção deste grau académico.

De referir finalmente, ainda no âmbito dos aspectos institucionais que têm vindo a ser considerados, o desenvolvimento de projectos de investigação através de convénios estabelecidos entre instituições universitárias portuguesas e estrangeiras, especialmente norte-americanas, que têm contribuído significativamente para a análise de alguns problemas económicos e sociais relevantes para o sector agrícola nacional.

4. Desenvolvimento da investigação

A situação em que se encontrava a investigação nas ciências sociais aplicadas à agricultura nas primeiras décadas do século XX é bem caracterizada pelo Professor Lima Basto, então responsável pelo ensino destas matérias no Instituto Superior de Agronomia, ao afirmar: «Existe na Estação Agrária Central uma Divisão de Estudos Económicos mas carece quase em absoluto de meios de acção; se alguns poucos trabalhos de investigação tem feito, devem-se quase exclusivamente à força de vontade do seu director⁵ e aos esforços individuais dos seus auxiliares que muito mais poderiam realizar se tivessem os necessários e devidos recursos. Quase na mesma situação está a Direcção Geral de Acção Social Agrária, no seu especial campo de actividade.

A cadeira de Economia Rural no Instituto Superior de Agronomia, não tem sequer anexo um simples gabinete de estudos, nem dispõe da mais pequena verba para trabalhos de investigação; ...»⁶.

Foi então que no início da década de trinta o Senado da Universidade Técnica de Lisboa promoveu a realização de um inquérito à

situação económica da agricultura portuguesa, tendo encarregado da sua direcção o Professor Lima Basto. Deste Inquérito Económico-Agrícola foram publicados três volumes em 1934, respeitantes aos inquéritos realizados em três freguesias escolhidas pela representatividade que lhes foi atribuída. Um quarto volume, posteriormente publicado em 1936, com o subtítulo de *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, merece referência especial, não só quanto aos seus objectivos, mas também quanto ao modo seguido no tratamento de muitas das questões analisadas.

Relativamente aos primeiros é de salientar o facto de se pretender, segundo cremos pela primeira vez, estudar a situação económico-agrícola do país, no seu conjunto, e ainda de o procurar fazer «mostrando o caminho que temos a percorrer para podermos melhorar, procurando chamar a atenção para questões que são vitais para o nosso progresso e bem estar, salientando pontos obscuros a que inquéritos mais completos poderão de futuro trazer novos e mais circunstanciados esclarecimentos»⁷.

No respeitante aos aspectos de natureza metodológica são especialmente de referir a preocupação de considerar a agricultura integrada na economia global do país, o recurso a comparações internacionais para análise da produtividade da agricultura portuguesa, a definição precisa de conceitos relativamente à classificação de capitais e aos resultados e encargos da produção agrícola, a óptica seguida no estudo da evolução dos preços e dos salários agrícolas e a sistematização adoptada na análise dos factores identificados como decisivos para o progresso da agricultura.

Ainda quanto à década de trinta, mas agora mais especificamente no âmbito da análise das realidades sociais do mundo rural português, são de referir a conferência proferida pelo Professor Lima Basto no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em Dezembro de 1935, com o título *Níveis de vida e custo da vida — o caso do operário agrícola português*, e a realização do Inquérito à Habitação Rural.

Estas duas actividades foram também promovidas pela Universidade Técnica de Lisboa. A primeira inseria-se nas séries de conferências anuais que desde 1931 nela se realizavam, cabendo a cada uma das escolas que a constituíam a escolha dos docentes encarregados da respectiva contribuição a esta iniciativa do Conselho Universitário.

Da segunda, e uma vez que já concluíra o Inquérito Económico Agrícola, voltou a ser encarregado o Instituto Superior de Agronomia.

Embora planeada a sua publicação em três volumes, apenas foram editados dois: o primeiro em 1943, respeitante ao Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, e o segundo em 1947, relativo à Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral, constituindo a parte publicada «valiosíssimo quadro de referência quanto à dinâmica do habitat rural»⁸.

Por sua vez, aquela conferência, publicada em volume editado pela Universidade Técnica de Lisboa no qual figuram as outras também proferidas no ano lectivo de 1935/36, constitui um documento notável para a época. De facto, nela são definidos conceitos e propostas metodologias que embora já correntes na bibliografia estrangeira se encontravam ainda pouco divulgadas nas análises sobre níveis de vida, custo de vida e poder de compra levadas a efeito em Portugal.

Durante a década de quarenta e os primeiros anos da década de cinquenta o principal tema da investigação em economia agrária entre nós foi o custo da produção agrícola. Para isso contribuíram decisivamente os estudos atrás referidos respeitantes à classificação dos capitais agrícolas e à definição dos resultados e encargos da produção agrícola, realizados no âmbito do Inquérito Económico-Agrícola, e, por outro lado, as políticas de preços sectoriais na altura praticados pelos Organismos de Coordenação Económica.

De facto, enquanto os primeiros forneceram o suporte teórico para o estabelecimento de uma terminologia precisa e unificada relativamente aos diversos conceitos a utilizar e às ligações entre eles, as segundas justificavam pela sua necessidade os estudos e inquéritos a empreender para fundamentação das medidas de intervenção a tomar. Assim, o trigo, o arroz, a batata, o vinho, o azeite e, posteriormente, o leite foram os produtos naturalmente mais estudados quanto aos respectivos custos de produção, pois eram os principalmente visados pelas políticas de preços praticadas. A maior parte destes estudos estão inéditos, constituindo relatórios dos organismos promotores da sua realização ou dissertações finais de curso apresentadas ao Instituto Superior de Agronomia, tendo sido este um domínio onde amplamente se verificou a estreita colaboração, anteriormente referida, entre aqueles organismos e este instituto.

A partir do início da década de cinquenta começou a ser desenvolvida significativa actividade de estudo relativamente à problemática económica e social da agricultura portuguesa integrada nos trabalhos preparatórios dos diversos *Planos de Fomento*, o primeiro dos quais se referia ao período 1953/58. Embora a grande maioria dos estudos reali-

zados se encontre inédita, esta actividade foi uma das que, como anteriormente referimos, tiveram o mérito de contribuir para manter o interesse pela investigação nas ciências sociais aplicadas à agricultura numa fase para isso crítica sob o ponto de vista institucional.

O Programa de Acção para 1958 do então recém-criado Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian incluía como principais preocupações quanto às suas futuras actividades a organização de um serviço bibliográfico e informativo, o estudo da divisão regional do país e a determinação de índices de desenvolvimento económico das várias regiões, o estudo do rendimento agrícola nacional, a elaboração de planos de inquérito e questionários-guias, a realização de monografias regionais, a montagem de um serviço de contabilidade agrícola e a organização do programa de cursos de divulgação técnica e formação profissional⁹.

A comparação entre estas preocupações iniciais e as actividades efectivamente desenvolvidas durante os cerca de 30 anos da sua duração, embora apenas genericamente avaliadas pelo conjunto das publicações editadas, dá uma ideia geral da dinâmica adquirida pelo Centro no seu funcionamento. De facto, ela é bem ilustrada pela variedade dos temas objecto de investigação, pelas diferentes fundamentações teóricas em que assentou a sua abordagem e pela diversidade das metodologias e técnicas analíticas utilizadas no seu tratamento.

No respeitante apenas à concretização daquelas preocupações iniciais merecem referência particular, no âmbito do serviço bibliográfico e informativo, a criação de uma biblioteca especializada de Economia Agrária e Sociologia Rural, hoje infelizmente desaparecida, e a inventariação de trabalhos portugueses inéditos sobre estas matérias, publicada em dois volumes, o segundo dos quais cobre o período de 1958 a 1966. No domínio dos estudos regionais e relativos ao rendimento nacional, o estudo monográfico da Região a Oeste da Serra dos Candeeiros, a análise dos níveis de desenvolvimento agrícola do continente português, um ensaio de delimitação das suas regiões homogéneas e uma introdução à temática da repartição do rendimento social agrícola. Quanto à contabilidade agrícola, foi estudado um sistema de contabilização simplificado adaptável às condições particulares da agricultura portuguesa, destinado especialmente aos pequenos e médios agricultores. E no referente à organização do programa de cursos de divulgação e formação profissional, a realização de número apreciável de conferências e seminários sobre os temas mais relevantes para a época nos domínios das

actividades do Centro e de vários cursos intensivos a nível de pós-graduação, em programas anuais desenvolvidos a partir do início da década de setenta.

Para além destas preocupações iniciais, e na medida que ia crescendo o seu quadro de pessoal de investigação, o Centro de Estudos de Economia Agrária foi diversificando os temas objecto de investigação incluídos nos seus planos de acção anuais. Sem pretender ser exaustivo, mas apenas para dar ideia do ponto a que foi levada tal diversificação referem-se alguns dos principais daqueles temas: métodos de gestão da empresa agrícola, tempos-padrão de trabalho das principais culturas, contribuição da agricultura para o desenvolvimento económico do país, análise do consumo privado e do consumo alimentar, êxodo rural e mobilidade geográfica da população portuguesa, alimentação e condições de vida de famílias de trabalhadores agrícolas, economias de escala em adegas cooperativas, assimetrias regionais da agricultura portuguesa, reforma agrária e agricultura latifundiária, modelos quantitativos de programação da empresa e de análise do sector agrícola, etc.

Entretanto, nos finais da década de sessenta, o Departamento de Estatística Experimental da Estação Agronómica Nacional iniciou a análise econométrica de grande número de ensaios, efectuados durante alguns anos, respeitantes à produção intensiva de trigo, batata, milho, leite e carne. Desde então, a análise econométrica de resultados de experimentação especialmente delineada para permitir a avaliação de estratégias de maximização física e optimização económica da produção, quer de culturas quer de actividades pecuárias, através do uso intensivo dos principais factores variáveis (fertilizantes, densidades de sementeiras, água de rega, silagem e concentrados, etc.) nunca mais deixou de ocupar lugar de relevo nos programas de investigação do departamento.

Em 1977 começaram a ser montadas contabilidades em empresas agrícolas de várias regiões do país, lançando-se assim as bases para a criação da *Rede de Informação das Contabilidades Agrárias* (RICA), integrável no sistema homólogo em funcionamento nos países da CEE.

O desenvolvimento desta rede de colheita de informação respeitante aos resultados e aos encargos anuais de diversos tipos de unidades de produção agrícola portuguesas é hoje uma realidade. Depois de informatizado o sistema de tratamento dos dados fornecidos pela RICA, tornou-se possível a sua utilização em diversos projectos de investigação visando a caracterização e a evolução da agricultura portuguesa segundo metodologias correntes na CEE, nomeadamente quanto à análise dos

rendimentos do trabalho, das disparidades dos rendimentos dos agricultores, das características técnico-económicas dos principais sistemas de produção agrícola e da situação e evolução das unidades de produção incluídas nas diversas tipologias consideradas na sua classificação.

Por outro lado, as negociações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia, intensificadas sobretudo a partir de 1970, embora tivessem sido iniciadas em 1962, revelaram desde logo a dificuldade dos problemas levantados pela integração de uma agricultura pouco evoluída e estagnada, como a nossa, num espaço economicamente desenvolvido como a CEE.

Assim, naturalmente, começaram a surgir os estudos comparativos entre a agricultura portuguesa e as agriculturas dos países da comunidade, os quais evidenciaram a importância dos aspectos de ordem estrutural para explicar as diferenças de produtividade que exprimem a situação de nítida desvantagem da nossa agricultura em relação às suas congéneres comunitárias.

Aos estudos comparativos deste tipo seguiram-se os que passaram a ter como objectivo a avaliação do impacto sobre o sector agrícola da adesão de Portugal à CEE, os quais se desenvolveram segundo duas orientações diferentes. A maioria seguiu uma perspectiva de análise parcial, produto a produto, enquanto os outros se processaram no quadro de modelos de equilíbrio oferta-procura.

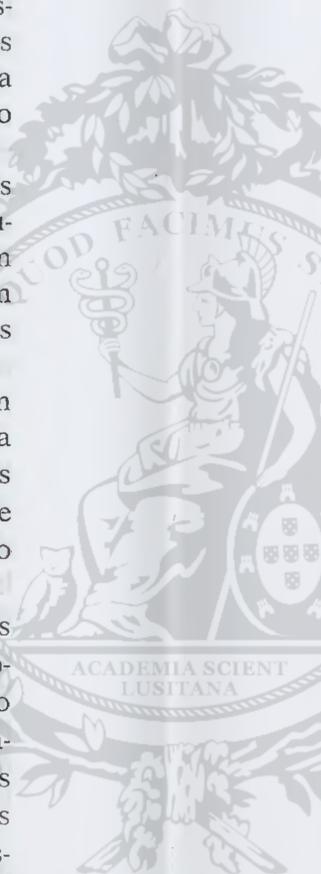
Como exemplos mais significativos dos incluídos na primeira destas orientações podem indicar-se: o resultante de um projecto de colaboração entre o Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian e o Ministério da Agricultura, no qual, relativamente a cada produto considerado e com base nas suas elasticidades preço da procura e da oferta, se avaliou a expansão ou a contracção das quantidades consumidas e oferecidas resultante da imposição do respectivo regime da Política Agrícola Comum; o levado a efeito no âmbito da colaboração estabelecida entre o governo português e o departamento de agricultura dos Estados Unidos, no qual foram analisadas as vantagens comparativas face à integração europeia de sistemas de produção representativos de cereais, de oleaginosas e de produtos pecuários, com base na determinação das respectivas rendibilidades sociais, simulando-se a adesão à CEE através da substituição dos preços do mercado mundial pelos preços de fronteira da comunidade; e o realizado no Ministério da Agricultura, onde para além do impacto sobre a produção e o con-

sumo se procura ainda estimar o balanço financeiro entre Portugal e a Comunidade.

Como exemplo de estudos enquadrados na segunda das orientações atrás referidas indica-se como especialmente significativo o correspondente a um modelo econométrico de equilíbrio oferta-procura, construído no Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, com o qual, a partir das elasticidades procura preço directas e cruzadas, procura-rendimento e oferta-preço, dos níveis de subsídios à produção, das tarifas da pauta aduaneira comum e de uma adequada estrutura de preços CEE, se avaliam as variações nos níveis de bem-estar económico de produtores e consumidores, medidos através dos respectivos «excedentes»; na receita fiscal do governo, como resultado da abolição dos subsídios à produção e da perda de receitas correspondente aos direitos aduaneiros imputáveis ao sector agrícola; no saldo da balança comercial de produtos agrícolas; e a transferência líquida de recursos financeiros do país para a Comunidade.

A importância de que se reveste para a agricultura portuguesa a adesão à CEE leva a que, neste final da década de oitenta, se mantenha a sua prioridade como tema de investigação para os economistas agrícolas. No entanto, as perspectivas da sua abordagem alteraram-se significativamente. De facto, com o correr do tempo, a avaliação em termos prospectivos do impacto da adesão sobre a agricultura portuguesa perdeu o interesse de que anteriormente se revestia, o qual passou agora a incidir sobretudo no balanço dos efeitos dos três anos de adesão já decorridos.

Nas análises realizadas neste contexto, tais efeitos são considerados quer em termos globais para o conjunto do sector agrícola, quer parciais relativamente aos produtos mais afectados pela Política Agrícola Comum, quer ainda no respeitante aos aspectos sócio-estruturais.



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Notas

¹ Até aqui temos seguido o trabalho *Informação Histórica a respeito da Evolução do Ensino Agrícola Superior* (Editorial Inquérito, Lmitada, s/ data), redigido pelo Prof. Mário d'Azevedo Gomes quando da comemoração do primeiro centenário do ensino agrícola superior.

² João Ferreira de Almeida, *Discurso de Abertura* (1.º Congresso Português de Sociologia). *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, 467-474.

³ Henrique de Barros, «Antecedentes e Criação do Centro de Estudos de Economia Agrária: Breve Nota Histórica». In: *Centro de Estudos de Economia Agrária - 25 Anos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras, 1963.

⁴ Estação Agronómica Nacional — *Departamento de Estatística Experimental e Estudos Económicos*. In: *Estação Agronómica Nacional. 50 Anos de Actividade*. Oeiras, 1986.

⁵ Na altura o Professor Mário de Azevedo Gomes, do Instituto Superior de Agronomia.

⁶ E. A. Lima Basto, *Alguns Aspectos Económicos da Agricultura em Portugal*, Inquérito Económico-Agrícola, 4.º vol., Universidade Técnica de Lisboa, 1936.

⁷ Como escreve o Prof. Lima Basto na carta-prefácio dirigida ao Reitor da Universidade Técnica de Lisboa para apresentação deste volume do Inquérito Económico-Agrícola.

⁸ Eugénio de Castro Caldas, «O Instituto de Economia Agrária que, em 1940, Lima Basta idealizou». In: *Centro de Estudos de Economia Agrária - 25 Anos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras, 1963.

⁹ Henrique de Barros, *ob. cit.*

AS INDÚSTRIAS AGRO-ALIMENTARES NO SÉCULO XX — UMA REVOLUÇÃO TRANQUILA —

PAULO O. PEREIRA E SANTOS *

Summary

The face of the food industry in developed countries having changed radically in the past 50 years, an outlook of the evolution in the area is submitted in the present essay.

A few basic concepts concerning the food industry are reminded in chapt. 1 and 2.

In chapt. 3, some aspects of food processing in the past, both in Portugal and elsewhere, are mentioned. Food processing is as old as mankind and almost all the modern food technologies are based upon domestic arts and crafts that have long been in existence.

Chapt. 4 is devoted to a few achievements in food science and technology in the current century. Little more than 100 years ago, food industry, in its modern meaning, hardly existed. Just in our life-span, there has been a virtual and tranquil revolution in this area.

Factors which set in motion the explosive development of the food industry, both in Europe and in the U.S.A., are mentioned. Attention is drawn to innovations in modern food processing.

Outlines of the food industries, both in the E.E.C. and, particularly, in Portugal are offered. The conclusion is brought forth that considerable room is open for development in the Portuguese food science and technology.

In the last chapter, the article looks forward to trends in food processing by the turn of the century and to the main changes to be anticipated. In developed countries, consumers will be more demanding and more sophisticated. They will want more convenience foods, more healthy foods and more high-quality foods. Convenience will probably be the single most significant trend that will drive the future of the food industry in Western countries.

* Engenheiro-Agrónomo. Prof. Catedrático do Instituto Sup. de Agronomia.